



# REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO



Conteúdo

|   |   |
|---|---|
| Capítulo I Generalidades .....                        | 3 |
| Artigo 1º Objeto .....                                | 3 |
| Artigo 2º Objetivos .....                             | 3 |
| Artigo 3º Âmbito .....                                | 3 |
| Capítulo II Definições .....                          | 3 |
| Artigo 4º Bolsa de Estudo .....                       | 3 |
| Artigo 5º Aproveitamento Escolar .....                | 4 |
| Artigo 6º Agregado Familiar do Estudante .....        | 4 |
| Artigo 7º Rendimento Anual do Agregado Familiar ..... | 5 |
| Capítulo III Condições e Acesso .....                 | 5 |
| Artigo 8º Candidatura .....                           | 5 |
| Artigo 9º Admissibilidade .....                       | 5 |
| Artigo 10º Condições para a candidatura .....         | 6 |
| Artigo 11º Atribuição .....                           | 7 |
| Capítulo IV Deveres e Direitos .....                  | 7 |
| Artigo 12º Renovação da Bolsa .....                   | 7 |
| Artigo 13º Dos Bolseiros .....                        | 8 |
| Artigo 14º Direitos da Junta de Freguesia .....       | 8 |
| Capítulo VI Disposições Finais .....                  | 8 |
| Artigo 15º Omissões ou Dúvidas .....                  | 8 |
| Artigo 16º Entrada em Vigor .....                     | 9 |



## Preâmbulo

O direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares, consagrado constitucionalmente, constitui um objetivo fundamental da política educativa que as autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, devem concretizar.

Entende-se que, a prossecução de tais atribuições, nos domínios do desenvolvimento local e proteção social com vista à melhoria das condições de vida das respetivas populações, só é possível através da criação de medidas que permitam diminuir as assimetrias sociais.

Considerando que as condições económicas dos agregados familiares desta freguesia condiciona o percurso escolar dos alunos do jardim-de-infância ao acesso e a frequência do ensino superior, e que compete às Câmaras Municipais e Juntas de Freguesias, no âmbito das novas competências que lhes foram cometidas, prestar apoio aos estratos sociais mais desfavorecidos, propõe-se esta Junta de Freguesia de Fiães, conceder bolsas de estudo aos jovens residentes que lhes possibilitem a prossecução dos seus estudos desde o Jardim-de – Infância ao nível do ensino superior, permitindo-se, assim, a promoção e desenvolvimento educacional da população local o que, contribuirá, futuramente, para o desenvolvimento social económico e cultural da freguesia.

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos e para os efeitos previstos na alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º e alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º do Regime Jurídico das

Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e de acordo com artigo 14.º, n.º 1, alíneas c) e f) da Lei n.º 159/99 de 14 de setembro.

É neste contexto que a Junta de Freguesia de Fiães, enquanto órgão, estabelece as regras para a atribuição de bolsas de estudo.



## Capítulo I

### Generalidades

#### Artigo 1º

##### Objeto

O presente regulamento disciplina a atribuição de bolsas de estudo a estudantes matriculados e inscritos em estabelecimentos de ensino público, cooperativo ou privado do jardim-de-infância ao superior.

#### Artigo 2º

##### Objetivos

A atribuição de bolsas de estudo tem por objetivo apoiar com carácter de complementaridade os alunos, no início e prosseguimento dos estudos, residentes nesta freguesia.

#### Artigo 3º

##### Âmbito

1. São abrangidos pelo presente regulamento o ensino pré-escolar, o primeiro, segundo e terceiro ciclos do ensino básico; o secundário e os cursos superiores ministrados em estabelecimentos de ensino superior, devidamente homologados pela entidade competente para o efeito.
2. O número anterior abrange, designadamente, os estudantes inscritos em todos os ciclos de estudos até aos conducentes aos graus de licenciado ou de mestre, de acordo com o processo de Bolonha, bem como aos estudantes inscritos em ciclos de estudos conducentes ao grau de bacharel, enquanto se encontrarem em funcionamento.

## Capítulo II

### Definições

#### Artigo 4º

##### Bolsa de Estudo

1. A bolsa de estudo é uma prestação pecuniária que visa contribuir para custear, entre outras, as despesas de alojamento, alimentação, transporte, material escolar e propina a suportar pelo candidato durante o ano letivo.



2. As bolsas de estudo, de montante anual fixado pela Junta, são integralmente financiadas pela Autarquia em cada ano civil. Serão atribuídas até 15 bolsas aos candidatos cujos agregados familiares apresentem os menores rendimentos “per capita” da freguesia.
3. O pagamento será efetuado por prestação única, mediante comprovativo de matrícula e residência
4. Os montantes a atribuir serão os seguintes:
  - Pré-Escolar – 300,00€
  - Primeiro Ciclo – 300,00€
  - Segundo e Terceiro Ciclo -350,00€
  - Secundário – 400,00€
  - Ensino Superior- 750,00€

#### Artigo 5º

##### Aproveitamento Escolar

Considera-se que teve aproveitamento escolar num ano letivo, o estudante que reuniu as condições fixadas como tal pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino em que se encontra matriculado e inscrito.

#### Artigo 6º

##### Agregado Familiar do Estudante

1. O agregado familiar do estudante é o conjunto de pessoas constituído pelo estudante e pelos que com ele vivem habitualmente em comunhão de habitação e rendimento numa das modalidades seguintes:
  - a) Agregado familiar de origem – o estudante e o conjunto dos ascendentes ou encarregados de educação e demais parentes vivendo habitualmente em comunhão de habitação e rendimento;
  - b) Agregado familiar constituído – o estudante e o cônjuge, descendentes e demais parentes vivendo habitualmente em comunhão de habitação e rendimento.
2. Podem ainda ser considerado como constituindo um agregado familiar unipessoal, os estudantes com residência habitual fora do seu agregado familiar de origem que, comprovadamente, disponham de rendimentos, advindos de bens próprios ou de trabalho, bastantes para a sua manutenção, incluindo as despesas com habitação, ainda que insuficientes para custear os seus estudos, e que expressamente o requeiram.



## Artigo 7º

### Rendimento Anual do Agregado Familiar

1. O rendimento anual do agregado familiar do estudante é composto pelo conjunto de proveitos posto, a qualquer título, à disposição do mesmo, no ano civil anterior ao do início do ano letivo;
2. O rendimento constante do número anterior poderá ser corrigido com base nos proveitos do agregado familiar no ano civil em que é apresentado o requerimento de atribuição de bolsa de estudo, deduzidos, se for caso disso, os encargos resultantes de:
  - a) Arrendamento da habitação do agregado familiar;
  - b) Pagamento de empréstimo para aquisição da habitação própria e permanente do agregado familiar;
  - c) Doença prolongada ou crónica de qualquer dos membros do agregado familiar que possa influenciar o rendimento.

## Capítulo III

### Condições e Acesso

#### Artigo 8º

##### Candidatura

1. As bolsas de estudo serão atribuídas, mediante candidatura prévia feita pelo interessado, com entrega de requerimento na sede da Junta de Freguesia, durante o prazo fixado por esta.
2. Para o efeito, será publicitada a sua abertura através de edital a afixar nos locais de estilo da Junta de Freguesia.
3. Os documentos a que se refere o artigo 10.º deverão ser entregues na sede da Junta de Freguesia de Fiães.

#### Artigo 9º

##### Admissibilidade

1. As condições de admissão são as seguintes:
  - a) Idade igual ou inferior a 26 anos;



- b) Residência do agregado familiar na Freguesia de Fiães;
- c) Recenseamento eleitoral do agregado familiar na Freguesia;
- d) Com a exceção da primeira candidatura, para a renovação da bolsa, o candidato terá de fazer prova de transição para o ano seguinte, expressamente declarado pelo respetivo estabelecimento de ensino;
- e) Excetuando os casos de doença devidamente comprovada, os candidatos terão de completar o curso superior em quatro ou seis anos, consoante os mesmos sejam de três ou cinco anos respetivamente;
- f) Não possuir outro curso do ensino superior;
- g) Em igualdade de circunstâncias nas alíneas a) e b), dar-se-á prioridade ao candidato que resida há mais tempo, na Freguesia;
- h) Podem ainda auferir da bolsa candidatos que não tenha transitado para o ano seguinte, mediante apresentação de documento justificativo e que deverá ser deliberado em sede de assembleia de freguesia.

## Artigo 10º

### Condições para a candidatura

1. A bolsa de estudo é requerida durante o ano civil, por requerimento dirigido ao Presidente da Junta de Freguesia, devendo ser acompanhado pelos documentos abaixo indicados:
  - a) Requerimento dirigido ao Presidente da Junta de Freguesia a solicitar a concessão da bolsa de estudo;
  - b) Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;
  - c) Boletim de candidatura integralmente preenchido;
  - d) Atestado de residência emitido pela Junta de Freguesia onde conste igualmente o número de elementos que compõem o agregado familiar;
  - e) Declaração do estabelecimento de ensino com indicação do aproveitamento escolar no ano letivo imediatamente anterior, e menção de matrícula no ano letivo em causa, quando se tratar de renovação da bolsa;



- f) Declaração do candidato sob compromisso de honra relativa à existência, ou não, de outras bolsas de estudo, onde sendo o caso, deverão constar os respetivos montantes, e entidades que as concedem;
- g) Certidão de matrícula, caso da primeira candidatura;
- h) Declaração de IRS relativa ao ano anterior e respetiva nota de liquidação;
- i) Confirmação do recenseamento do agregado familiar;

#### Artigo 11º

##### Atribuição

1. As candidaturas à bolsa de estudo serão analisadas em reunião da Junta de Freguesia. Caso a Junta entenda ser necessário, nessa reunião, poderão participar pessoas convidadas que não façam parte da composição oficial da Junta para ajuda de carácter técnico.
2. A análise mencionada no número anterior poderá ser feita, a solicitação da Junta, aos serviços competentes da Câmara Municipal de Melgaço.
3. Não poderão participar nas análises das candidaturas elementos que sejam familiares diretos ou que tenham outro qualquer impedimento legal em relação a qualquer candidato à bolsa.
4. A análise socioeconómica do agregado familiar dos candidatos, é feita com base na documentação apresentada, não podendo o rendimento líquido do agregado familiar “per capita” ser superior a um salário mínimo nacional. Caso a Junta de Freguesia entenda como necessário e pertinente essa análise poderá ser complementada com entrevista, visita domiciliária e validação das informações transmitidas junto das entidades locais competentes.
5. A decisão de atribuição das bolsas de estudo compete à Junta de Freguesia.

### Capítulo IV

#### Deveres e Direitos

#### Artigo 12º

##### Renovação da Bolsa

1. Para a renovação da bolsa de estudo a atribuir, todos os interessados deverão proceder à apresentação de candidatura nos termos do presente regulamento.



2. Caso não se verifiquem alterações aos documentos entregues em candidaturas anteriores, não são necessários a entrega dos elementos indicados nas alíneas b) d) e g) do artigo décimo.

### Artigo 13º

#### Dos Bolseiros

1. Os candidatos a quem seja atribuída bolsa de estudo ficam obrigados a informar a Junta sempre que:

a) haja interrupção dos Estudos;

b) ocorram alterações nos pressupostos que serviram de base à atribuição de bolsa.

2. Ficam ainda os candidatos obrigados a colaborar com a Junta sempre que para isso seja solicitada a sua participação.

### Artigo 14º

#### Direitos da Junta de Freguesia

1. A Junta de Freguesia pode, sempre que o entender necessário, solicitar às entidades intervenientes, a confirmação dos dados apresentados e homologação dos cursos indicados.

2. O não cumprimento pelo bolseiro do estipulado no presente Regulamento ou a confirmação da prestação de falsas declarações poderá originar a suspensão da bolsa e a reposição das importâncias recebidas, e aos procedimentos legais adequados.

## Capítulo VI

### Disposições Finais

#### Artigo 15º

##### Omissões ou Dúvidas

Em caso de omissão ou dúvidas emergentes do presente regulamento, e de casos excepcionais, as mesmas serão decididas, por deliberação da Junta de Freguesia.

#### Artigo 16º

##### Revogação

Após a entrada em vigor deste Regulamento fica automaticamente revogado o Regulamento do Atribuição de Bolsas de Estudo anteriormente aprovado.



Artigo 17º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor após aprovação pela Assembleia de Freguesia.